

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19854	29849/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Indeferimento reclamação processo disciplinar 23/DJ/2025		
Unidade Administrativa		
DJ - [DISCIPLINARES]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que:

- No âmbito do processo disciplinar n.º 23/DJ/2025, por deliberação do Executivo Municipal tomada em reunião de 11 de março de 2026, foi aplicada ao trabalhador a sanção disciplinar de repreensão escrita.
- Em 24 de abril de 2026, o trabalhador apresentou reclamação ao abrigo do artigo 191.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), pedindo, em síntese, a revogação da deliberação disciplinar, a sua modificação ou substituição e, subsidiariamente, a suspensão da sanção.
- Sobre tal reclamação foi emitido parecer jurídico, no qual se conclui que, tratando-se de matéria disciplinar regulada por regime especial da Lei do Trabalho em Funções Pública (LTFP), a reclamação administrativa prevista no artigo 191.º do CPA não constitui meio impugnatório admissível para reagir à decisão disciplinar, devendo a reação do trabalhador fazer-se por via judicial.
- O mesmo parecer refere ainda que a via adequada para tal pretensão seria a da impugnação contenciosa.
- Posteriormente, o reclamante apresentou novo requerimento, reiterando substancialmente o mesmo objeto da reclamação inicial, sem introduzir fundamento novo com a virtualidade de alterar a apreciação jurídica já efetuada, nem a afastar a conclusão de inadmissibilidade do meio utilizado.
- O regime do procedimento disciplinar na LTFP constitui regime especial, prevalecendo sobre o regime geral do CPA, naquilo que especialmente regula, designadamente quanto aos meios de reação contra a decisão final disciplinar.



Nestes termos, propõe-se que o Executivo Municipal delibere não admitir/indeferir a reclamação apresentada ao abrigo do artigo 191.º do CPA, por a mesma não constituir o meio processualmente adequado para impugnar a deliberação disciplinar proferida no âmbito do processo disciplinar n.º 23/DJ/2025, atenta a disciplina especial constante da LTFP - tudo conforme documentos anexos.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

